



**SINOSSERRA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 30 de junho de 2019 e

**Balço Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas
Relatório de Auditoria Independente**

As demonstrações do período foram divulgadas em 20/08/2019 no endereço eletrônico <http://sinosserrafinanceira.com.br/demonstracoes-conglomeradas/>

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ilmos. Srs.

**DIRETORES E ACIONISTAS da
SINOSSERRA CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Novo Hamburgo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Sinosserra – Conglomerado Prudencial** que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial da Sinosserra Financeira S/A - CFI , em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação às instituições, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulga:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Grupo para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros Assuntos

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao período findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Conforme Nota Explicativa nº 2, a empresa Sinosserra Administradora de Consórcios S.A., foi auditada por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria, em 26 de agosto de 2019, sem modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração das Instituições é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade das instituições continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar as instituições ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança das instituições são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Grupo, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do

Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das instituições.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das instituições. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as instituições a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos

todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 04 de outubro de 2019.

Vicente Michelin
CRC-RS 052.365/O8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC-RS 4.626

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Novo Hamburgo – RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL

ATIVO		NE	30/06/2019	30/06/2018
CIRCULANTE			45.851	35.684
Caixa e Bancos	4		157	50
Títulos e Valores Mobiliários	5		12.740	17.631
Serviços Prestados a Receber			69	71
Operações de Crédito	6		29.773	14.629
Adiantamento e Antecipações Salariais			48	40
Impostos a Recuperar	7		560	1.689
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	8		561	341
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9		903	891
Devedores Diversos – País			64	52
Despesas Antecipadas			132	42
Diversos			844	248
Não Circulante			67.008	40.609
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	8		3.194	1.815
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9		6.491	6.844
Operações de Crédito	6		28.912	8.167
Impostos Diferidos a Compensar			195	189
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	10		9.348	11.158
Títulos e Valores Mobiliários	5		0	0
Aplicações em Quotas de Consórcios	11		200	200
Empréstimos a Grupos	12		13.736	10.596
Devedores por Depósito em Garantia			117	203
Investimentos em Imóveis			4.520	336
Imobilizado em Uso	13		260	1.050
Intangível	13		35	51
Total do Ativo			112.859	76.293

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Novo Hamburgo – RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL

PASSIVO

NE 30/06/2019 30/06/2018

CIRCULANTE		39.534	45.417
Recursos de aceites cambiais e depósitos a prazo		2.916	7.165
Dividendos a Pagar			0
Fiscais e Previdenciárias	14	1.616	807
Provisão para Pagamentos a Efetuar		138	152
Provisão para Férias c/Encargos		259	249
Credores Diversos – País		2.949	2.530
Recursos a Devolver a Consorciados	15	31.212	34.087
Provisão p/Contingências Trabalhistas	16	444	427
NÃO CIRCULANTE		48.936	12.960
Provisão s/Lucro Diferido			987
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	17	9.348	11.158
Recursos de aceites de cambias		23.285	615
Receitas de exercícios futuros		205	200
Recursos de aceites cambiais e depósitos a prazo		15.076	
Fiscais e Previdenciárias		1022	
PATRIMONIO LIQUIDO		24.388	17.916
Capital Social		13.000	10.000
Reserva de Capital		510	510
Reservas de Reavaliação		-	242
Reservas de Lucros	18	10.878	7.164
Total do Passivo		112.858	76.293

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS - R\$ MIL

	NE	30/06/2019	30/06/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.985	2.770
RENDAS OPERAÇÕES DE CREDITO		4.643	2.239
RESULTADO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS	19	342	531
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.946)	(350)
OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO		(1.420)	(159)
PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		(526)	(191)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.039	2.420
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(1.198)	(1.996)
RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO	20	8.620	8.093
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO		775	225
DESPESAS DE PESSOAL	21	(1.947)	(1.931)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21	(7.807)	(2.306)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	23	(1.790)	(5.880)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		2.026	530
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(632)	(539)
DESPESAS FINANCEIRAS	22	(308)	(196)
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO		(135)	8
RESULTADO OPERACIONAL		1.841	424
RESULTADO OPERACIONAL		(5)	-
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		(5)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.836	424
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	24	(456)	(112)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	(278)	(96)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(2)	(3)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(2)	(3)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.100	216
LUCRO POR AÇÃO		0,20	0,04

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO - R\$ MIL

	01/01/2019	01/01/2018
	A	A
	30/06/2019	30/06/2018
Fluxo das Atividades Operacionais	1.174	(580)
Resultado Líquido do Exercício	1.100	213
Ajustes ao Resultado:		
Resultado de exercícios futuros	(29)	(58)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	315	191
Resultado Abrangente	3.137	
Despesas de Depreciação e Amortização	27	28
Baixas Investimentos		21
Baixas Imobilizado	264	
Provisão para Contingências Trabalhistas	18	1
Impostos Diferidos a Compensar	1	12
Provisão para Impostos Diferidos	(15)	
Variações no Ativo Circulante		
Títulos e Valores Mobiliários	1.862	(1.990)
Operções de Crédito	(15.245)	
Serviços Prestados a Receber	(59)	(7.492)
Adiantamento e Antecipações Salariais	(13)	(64)
Impostos a Recuperar	450	8
Devedores p/ Compras de Bens	(19)	(263)
Devedores p/Compras Participações	(8)	(12)
Devedores Diversos – País	50	627
Despesas Antecipadas	(33)	(19)
Outros Créditos	(166)	(203)
Variações no Passivo Circulante		
Aumento em Recursos de aceites cambiais	12.469	9.210
Fiscais e Previdenciárias	222	(37)
Provisão para Pagamentos a Efetuar	6	2
Provisão Férias e 13º Salário	189	120
Credores Diversos – País	385	(1.076)
Recursos a Devolver a Consorciados	(1.497)	442
Redução/(Aumento) Outras Obrigações		
Variações no Ativo Não Circulante		
Devedores p/ Compra de Bens	172	181
Devedores p/Compras Participações	219	176
Aplicações em Cotas de Consórcios	0	
Empréstimos a Grupos	(2.542)	(673)
Devedores por Depósito em Garantia	(3)	(12)
Variações no Passivo Não Circulante		
Fiscais e Previdenciárias	(83)	987
Fluxo das Atividades de Investimento	1.659	(2.142)
Títulos e Valores Mobiliários	1.671	(1.975)
Investimentos em Imóveis	(3)	(162)
Aquisição de Imobilizado	(9)	(5)
Aquisição de Intangível		

Fluxo das Atividades de Financiamento	(1.621)	(1.039)
Custo Venda de Ações em Tesouraria		
Ganho com Venda de Ações em Tesouraria		
Dividendos Propostos/Pagar	(1.263)	(1.039)
Dividendos Suplementares		
Juros sobre Patrimônio	(358)	0
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	1.212	(3.761)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	8.567	18.109
No Final do Exercício	9.779	14.348
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	1.212	(3.761)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO - R\$ MIL

	Capital Social	Reserva Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Aumento de Capital	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Lucros Retidos	Lucros Acumulados	Totais
Saldo em 31/12/2017	10.000	510	451	1012	771	230	4.729	-	17.703
Pagamentos Dividendos Suplementares									
Reversão Reserva de Lucros Retidos									
Resultado do Período									
Juros sobre Capital Próprio distribuídos									
Resultados Abrangentes									
Destinação do Resultado								213	213
Reserva de Lucros Retidos							193	(193)	
Saldo em 30/06/2018	10.000	510	451	1012	771	230	4.922	20	17.916
Saldo em 31/12/2018	13.000	736	-	1.013	771	230	5.759	-	21.509
Reversão Reserva de Lucros Retidos								1.000	1.000
Resultado do Período							(1.000)	1.100	100
Reserva de Lucros Retidos							3.395	(3.395)	-
Juros sobre Capital Próprio								(358)	(358)
Resultado Abrangente								3137	3137
Pagto Dividendos Suplementares								(1.000)	(1.000)
Saldo em 30/06/2019	13.000	736	-	1.013	771	230	8.154	484	24.388

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (EM R\$ MIL)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Sinosserra (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”) opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de crédito e administração de consórcio para aquisição de bens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresas	Atividades	Domicílio	Controladas	Participação conglomerado - % (direta e indireta)
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de Consórcios	Brasil	-	100%
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Operações de crédito, financiamento e investimento	Brasil	-	100%

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

Empresas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Sinosserra Administradora de Consórcio	60.613	45.451	15.162	616
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	62.835	53.609	9.226	484
Ajustes e Eliminações	10.589	10.589		
Demonstrações Financeiras Conglomeradas	112.859	88.471	24.388	1.100

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial prevê a eliminação de saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente.

g) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

g.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

g.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

h) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 13, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas

divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES

São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/18</u>
Caixa	2	-
Bradesco	152	50
Banrisul	3	-
Total	<u>157</u>	<u>50</u>

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão classificadas conforme disposição abaixo:

	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/18</u>
Cotas fundo investimento	12.740	17.631
Títulos de Renda Fixa		5.833
Total	<u>12.740</u>	<u>17.631</u>

NOTA 6 - CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

A composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

Nível de risco	% Provisão	30/06/2019		30/06/2018	
		Saldo Carteira	Prov. (-)	Saldo Carteira	Prov. (-)
A	0,5%	52.480	(262)	20.476	(102)
B	1,0%	5.321	(53)	2.189	(22)
C	3,0%	787	(24)	162	(5)
D	10,0%	153	(15)	51	(5)
E	30,0%	228	(68)	42	(13)
F	50,0%	181	(91)	42	(21)
G	70,0%	162	(114)	23	(16)
H	100,0%	331	(331)	176	(176)
Total		<u>59.643</u>	<u>(958)</u>	<u>23.161</u>	<u>(360)</u>

As operações de crédito são compostas por empréstimos nas modalidades crédito pessoal e crédito consignado, e por financiamentos nas modalidades de CDC e Vendor.

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Circulante	29.773	14.634
Realizável a Longo Prazo	28.912	8.167
Total	<u>58.685</u>	<u>22.801</u>

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	<u>30/06/2019</u>	<u>% da carteira</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>% da carteira</u>
10 Maiores Clientes	1310	2,20%	967	4,20%
50 Maiores Clientes	3.047	5,11%	2.254	9,70%
100 Maiores Clientes	3.055	5,12%	2.167	9,40%
Demais Clientes	<u>52.231</u>	87,57%	<u>17.773</u>	76,70%
	<u>59.643</u>		<u>23.161</u>	

NOTA 7 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Abaixo seguem impostos a recuperar registrado nessa rubrica.

<u>Impostos a Recuperar</u>	<u>30/jun/19</u>	<u>30/jun/18</u>
Impostos diferidos a compensar	196	443
Saldo negativo exercícios anteriores	364	1.246
Total Impostos a recuperar	<u>560</u>	<u>1.689</u>

NOTA 8 - DEVEDORES P/ COMPRA DE BENS

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios S/A, referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

NOTA 9 - DEVEDORES P/ COMPRA DE PARTICIPAÇÕES

Nesta rubrica estão registrados os seguintes valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios: venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda, valor de R\$ 330, para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra, sendo que a última parcela vence em abril de 2020; venda da participação na empresa Therreno participações Ltda em junho de 2016 a empresa Themar Participações Ltda no valor de R\$ 5.562; e a venda a controladora de ações em tesouraria em 12/2016 no valor de R\$ 1.502.

NOTA 10 - RECURSOS AJUIZADOS GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 11 - APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 13 - IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens. A composição do imobilizado na data do Balanço bem como as depreciações encontram-se demonstradas a seguir:

a) Imobilizado

	Saldo Inicial 31/dez/2018	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 30/junh/2019	Depreciação Acumulada	Saldo residual 30/jun/2019	Saldo residu 30/jun/2018
Terrenos	-			-		-	305
Prédios e Benfeitorias	-	36		36	1	35	558
Veículos	93			93	4	89	91
Computadores e Periféricos	18	12	6	24	5	19	27
Móveis e Utensílios	125		2	123	6	117	69
Total Imobilizado	236	48	8	276	16	260	1.050

b) Intangível

	Taxa Depreciação	Saldo Inicial 31/dez/2018	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 30/junh/2019	Depreciação Acumulada	Saldo residual 30/jun/2019	Saldo residual 30/jun/2018
Marcas e Patentes	10,00%	75		30	45	10	35	9
Direito de Uso e Proc de Dados	20%						-	1
Direito de Uso de Software	20%				-		-	41
Total Intangível		75		30	45	10	35	51

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS E RPROVISÕES DIVERSAS

Abaixo seguem obrigações a pagar:

Obrigações Sociais e Fiscais	30/jun/2019	30/jun/2018
Imposto de renda retido na fonte	22	78
IRPJ/CSLL a recolher	867	0
Retenções e contribuições	52	235
INSS a recolher	72	64
ISS a recolher	86	76
FGTS a recolher	21	21
PIS e COFINS a recolher	200	158
Obrigações com salários	296	175
Total Obrigações Sociais e Fiscais	1.616	807

NOTA 15 – RECURSOS A DEVOLVER CONSORCIADOS

Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

NOTA 16 - PROVISÕES TÉCNICAS E TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES AJUIZADAS GRUPOS ENCERRADOS

As obrigações ajuizadas são valores registrados na empresa Sinosserra Administradora de Consórcios e referem-se a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL

A Sinosserra Financeira S/A – SCFI, Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 8.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sinosserra Administradora de Consórcios S.A. – Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros é composta da forma abaixo:

	30/jun/2019	30/jun/2018
Reserva subscrição de ação	510	510
Reserva de Lucro	10.152	242
Reserva legal	16	1.012
Reservas estatutárias	710	6.152
Reserva para aumento de capital social	-	772
Reserva para amortização de prejuízos	-	230
Reserva para Lucros Retidos	710	5.150

NOTA 19 - RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Sinosserra CFI		Sinosserra Consórcios	
	30/jun/19	30/jun/18	30/jun/19	30/jun/18
Aplicação em CDB		-		193
Fundos de Investimento	98	61	244	277
	98	61	244	470

NOTA 20 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A empresa Sinosserra Administradora de Consórcios tem por objeto a administração de grupos de consórcios, reunião de pessoas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. A Receita de Prestação de Serviços auferida pela empresa é a remuneração pela administração mencionada acima.

NOTA 21 - DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas Operacionais e Administrativas	30/jun/19	30/jun/18
Despesas Fixas	358	121
Despesas Semi-fixas	5.148	1.071
Despesa com pessoal	1.947	1.931
Despesas Variáveis	2.301	1.114
Total Despesas Operacionais e Administrativas	9.754	4.237

NOTA 22 - DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	30/jun/19	30/jun/18
Juros e despesas financeiras	147	124
Variação monetária	161	72
Total Despesas Financeiras	308	196

NOTA 23 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Despesas Tributárias	30/jun/19	30/jun/18
PIS/COFINS	1.285	887
Impostos Municipais	470	416
Outros Impostos	35	4.577
Total Despesas Tributárias	1.790	5.880

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e contribuição social são compostos conforme segue:

IRPJ e CSLL	30/jun/19	30/jun/18
IRPJ	456	112
CSLL	278	96
Total do IRPJ e CSLL	734	208

NOTA 25 - LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basiléia)

No exercício findo em 30 de junho de 2018, a Sinosserra Financeira S/A – CFI encontra-se enquadrada nos limites de capital e seu patrimônio é compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar do Banco central do Brasil. Com um Patrimônio de Referência – PR de R\$ 9.469.032 apresentou Índice de Basiléia de 16,26%.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo Sinosserra possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos, composto pelos membros de sua Diretoria, cada risco conta com um diretor responsável, devidamente registrado no BACEN. A Instituição preza pelo monitoramento constante de seus riscos estabelecendo políticas e práticas que resultem na maximização da eficiência no uso do capital contribuindo para a escolha das oportunidades de negócios.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

I – RISCO DE CREDITO

O Grupo Sinosserra, em consonância com a Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil, e visando atender a todos os requisitos regulatórios, possui adequada estrutura de Gestão do Risco de Crédito, que permite o controle dos possíveis riscos em que a Financeira esteja incorrendo, compreendendo principalmente procedimentos que são analisados periodicamente pelo Comitê de Crédito.

II – RISCO OPERACIONAL

O estabelecimento de controles internos é fundamental para a gestão eficiente do risco operacional, logo, o Grupo Sinosserra avalia todos os produtos, serviços, processos, sistemas, unidades/atividades e pessoas sob o enfoque de risco operacional.

III – RISCO DE MERCADO

O Grupo Sinosserra avalia mensalmente o comportamento das taxas de juros projetadas para os próximos anos e a sua relação com as taxas pré-fixadas utilizadas pela Instituição, visando minimizar ou eliminar riscos de variação que prejudiquem o resultado da instituição.

A mitigação deste risco tem como componente a diversificação dos riscos e estabelecimento de spreads mínimos pretendidos nas operações/produtos, mantendo equilíbrio na relação risco/retorno.

IV – RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo Sinosserra entende que é imprescindível a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

V – RISCO DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Para assegurar a existência de uma estrutura de gestão de capital a Instituição realiza a definição de metas e limites que possibilite o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos.